

## Quadro comparativo PL nº 783/2021 x SCD nº 783/2021 x Legislação Vigente

Legislação Vigente	PL nº 783/2021	SCD nº 783/2021
	Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para ajustar a sua redação à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; para permitir, nas eleições proporcionais, a participação na distribuição dos lugares apenas dos partidos que tiverem obtido quociente eleitoral; e para revogar dispositivos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).	Altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para ajustar a sua redação à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais e para permitir, nas eleições proporcionais, a participação na distribuição dos lugares apenas dos partidos que tiverem obtido quociente eleitoral.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
<b>Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)</b>	<b>Art. 1º</b> A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), passa a vigorar com as seguintes alterações:	<b>Art. 1º</b> A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 1º</b> ..... <b>Parágrafo único.</b> O Tribunal Superior Eleitoral expedirá Instruções para sua fiel execução.		“Art. 23-A. A competência normativa regulamentar prevista no parágrafo único do art. 1º e no inciso IX do caput do art. 23 deste Código restringe-se a matérias especificamente autorizadas em lei, vedado tratar de matéria relativa a organização dos partidos políticos.”
Art. 23 - Compete, ainda, privativamente, ao Tribunal Superior, ..... <b>IX</b> - expedir as instruções que julgar convenientes à execução deste Código; .....		
<b>Art. 91.</b> O registro de candidatos a presidente e vice-presidente, governador e vice-governador, ou prefeito e vice-prefeito, far-se-á sempre em chapa única e indivisível, ainda que resulte a indicação de aliança de partidos.	“ <b>Art. 91.</b> ..... ”	“ <b>Art. 91.</b> ..... ”
..... § 2º Nos Territórios far-se-á o registro do candidato a deputado com o do suplente.	.....	.....

## Quadro comparativo PL nº 783/2021 x SCD nº 783/2021 x Legislação Vigente

Legislação Vigente	PL nº 783/2021	SCD nº 783/2021
	§ 3º É facultado aos partidos políticos celebrar coligações no registro de candidatos às eleições majoritárias.” (NR)	§ 3º É facultado aos partidos políticos celebrar coligações no registro de candidatos às eleições majoritárias.” (NR)
<b>Art. 107.</b> Determina-se para cada Partido ou coligação o quociente partidário, dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração.	“ <b>Art. 107.</b> Determina-se para cada partido o quociente partidário dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda, desprezada a fração.” (NR)	“ <b>Art. 107.</b> Determina-se para cada partido o quociente partidário dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda, desprezada a fração.” (NR)
<b>Art. 108.</b> Estarão eleitos, entre os candidatos registrados por um partido ou coligação que tenham obtido votos em número igual ou superior a 10% (dez por cento) do quociente eleitoral, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.		“ <b>Art. 108.</b> Estarão eleitos, entre os candidatos registrados por um partido que tenham obtido votos em número igual ou superior a 10% (dez por cento) do quociente eleitoral, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.
Parágrafo único. Os lugares não preenchidos em razão da exigência de votação nominal mínima a que se refere o <i>caput</i> serão distribuídos de acordo com as regras do art. 109.		.....” (NR)
<b>Art. 109.</b> Os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários e em razão da exigência de votação nominal mínima a que se refere o art. 108 serão distribuídos de acordo com as seguintes regras:	“ <b>Art. 109.</b> .....	“ <b>Art. 109.</b> .....
I - dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada partido ou coligação pelo número de lugares definido para o partido pelo cálculo do quociente partidário do art. 107, mais um, cabendo ao partido ou coligação que apresentar a maior média um dos lugares a preencher, desde que tenha candidato que atenda à exigência de votação nominal mínima; (Vide ADIN 5420)	I – dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada partido pelo número de lugares por ele obtido, mais 1 (um), cabendo ao partido que apresentar a maior média 1 (um) dos lugares a preencher, desde que tenha candidato que atenda à exigência de votação nominal mínima;	I – dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada partido pelo número de lugares por ele obtido mais 1 (um), cabendo ao partido que apresentar a maior média um dos lugares a preencher, desde que tenha candidato que atenda à exigência de votação nominal mínima;

## Quadro comparativo PL nº 783/2021 x SCD nº 783/2021 x Legislação Vigente

Legislação Vigente	PL nº 783/2021	SCD nº 783/2021
II - repetir-se-á a operação para cada um dos lugares a preencher;	.....	.....
III - quando não houver mais partidos <b>ou coligações</b> com candidatos que atendam às duas exigências do inciso I, as cadeiras serão distribuídas aos partidos que apresentem as maiores médias.	III – quando não houver mais partidos com candidatos que atendam às <b>2 (duas)</b> exigências do inciso I, as cadeiras serão distribuídas aos partidos que apresent <b>em</b> as maiores médias.	III – quando não houver mais partidos com candidatos que atendam às duas exigências do inciso I <b>deste caput</b> , as cadeiras serão distribuídas aos partidos que apresent <b>arem</b> as maiores médias.
§ 1º O preenchimento dos lugares com que cada partido <b>ou coligação</b> for contemplado far-se-á segundo a ordem de votação recebida por seus candidatos.	§ 1º O preenchimento dos lugares com que cada partido for contemplado far-se-á segundo a ordem de votação recebida por seus candidatos.	§ 1º O preenchimento dos lugares com que cada partido for contemplado far-se-á segundo a ordem de votação recebida por seus candidatos.
§ 2º Poderão concorrer à distribuição dos lugares <b>todos</b> os partidos <b>e coligações</b> que <b>participaram do pleito</b> .	§ 2º <b>Só</b> poderão concorrer à distribuição dos lugares os partidos que <b>tiverem obtido, no mínimo, 70% (setenta por cento) do quociente eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio e equivalente a um se superior.</b> ” (NR)	§ 2º Poderão concorrer à distribuição dos lugares <b>todos</b> os partidos que <b>participaram do pleito, desde que tenham obtido pelo menos 80% (oitenta por cento) do quociente eleitoral, e os candidatos que tenham obtido votos em número igual ou superior a 20% (vinte por cento) desse quociente.</b> ” (NR)
<b>Art. 111.</b> Se nenhum <b>Partido ou coligação</b> alcançar o quociente eleitoral, considerar-se-ão eleitos, até serem preenchidos todos os lugares, os candidatos mais votados.	“ <b>Art. 111.</b> Se nenhum <b>partido</b> alcançar o quociente eleitoral, considerar-se-ão eleitos, até serem preenchidos todos os lugares, os candidatos mais votados, <b>não se aplicando o disposto no § 2º do art. 109.</b> ” (NR)	“ <b>Art. 111.</b> Se nenhum partido alcançar o quociente eleitoral, considerar-se-ão eleitos, até serem preenchidos todos os lugares, os candidatos mais votados.” (NR)
<b>Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições)</b>	<b>Art. 2º</b> A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), passa a vigorar com as seguintes alterações:	<b>Art. 2º</b> A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 6º</b> É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, <b>proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.</b>	“ <b>Art. 6º</b> É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária.	“ <b>Art. 6º</b> É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária.
.....	.....” (NR)	.....” (NR)

## Quadro comparativo PL nº 783/2021 x SCD nº 783/2021 x Legislação Vigente

Legislação Vigente	PL nº 783/2021	SCD nº 783/2021
<b>Art. 10.</b> Cada partido <b>ou coligação</b> poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até <b>150% (cento e cinquenta por cento)</b> do número de lugares a preencher, salvo:	<b>“Art. 10.</b> Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até <b>100% (cem por cento)</b> do número de lugares a preencher <b>mais 1 (um)</b> , salvo:	<b>“Art. 10.</b> Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 100% (cem por cento) do número de lugares a preencher mais 1 (um).
I - nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder a <b>doze</b> , nas quais cada partido <b>ou coligação</b> poderá registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital no total de até <b>200% (duzentos por cento)</b> das respectivas vagas;	I – nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder a <b>18 (dezoito)</b> , nas quais cada partido poderá registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital no total de até <b>150% (cento e cinquenta por cento)</b> das respectivas vagas;	<b>I – (revogado);</b>
II - nos Municípios de até cem mil eleitores, nos quais cada <b>coligação</b> poderá registrar candidatos no total de até <b>200% (duzentos por cento)</b> do número de lugares a preencher.	II – nos Municípios de até <b>100.000 (cem mil)</b> eleitores, nos quais cada <b>partido</b> poderá registrar candidatos no total de até <b>150% (cento e cinquenta por cento)</b> do número de lugares a preencher.	<b>II – (revogado).</b>
.....	.....” (NR)	.....” (NR)
<b>Art. 15.</b> A identificação numérica dos candidatos se dará mediante a observação dos seguintes critérios:	<b>“Art. 15.</b> .....	<b>“Art. 15.</b> .....
.....	.....	.....
§ 3º Os candidatos de coligações, <b>nas eleições majoritárias</b> , serão registrados com o número de legenda do respectivo partido <b>e, nas eleições proporcionais</b> , com o número de legenda do respectivo partido acrescido do número que lhes couber, observado o disposto no parágrafo anterior.	§ 3º Os candidatos de coligações serão registrados com o número de legenda do respectivo partido.” (NR)	§ 3º Os candidatos de coligações <b>majoritárias</b> serão registrados com o número de legenda do respectivo partido.” (NR)

## Quadro comparativo PL nº 783/2021 x SCD nº 783/2021 x Legislação Vigente

Legislação Vigente	PL nº 783/2021	SCD nº 783/2021
<b>Art. 46.</b> Independentemente da veiculação de propaganda eleitoral gratuita no horário definido nesta Lei, é facultada a transmissão por emissora de rádio ou televisão de debates sobre as eleições majoritária ou proporcional, assegurada a participação de candidatos dos partidos com representação no Congresso Nacional, de, no mínimo, cinco parlamentares, e facultada a dos demais, observado o seguinte:	“Art. 46. ....	“Art. 46. ....
II - nas eleições proporcionais, os debates <b>poderão desdobrar-se em mais de um dia e</b> deverão ser organizados de modo que assegurem a presença de número equivalente de candidatos de todos os partidos <b>que concorrem</b> a um mesmo cargo eletivo, <b>respeitada a proporção de homens e mulheres estabelecida no § 3º do art. 10 desta Lei;</b>	II – nas eleições proporcionais, os debates deverão ser organizados de modo que assegurem a presença de número equivalente de candidatos de todos os partidos a um mesmo cargo eletivo, <b>podendo desdobrar-se em mais de um dia;</b>	II – nas eleições proporcionais, os debates deverão ser organizados de modo que assegurem a presença de número equivalente de candidatos de todos os partidos a um mesmo cargo eletivo <b>e poderão desdobrar-se em mais de um dia, respeitada a proporção de homens e mulheres estabelecida no § 3º do art. 10 desta Lei;</b>
§ 5º Para os debates que se realizarem no primeiro turno das eleições, serão consideradas aprovadas as regras, inclusive as que definam o número de participantes, que obtiverem a concordância de pelo menos 2/3 (dois terços) dos candidatos aptos, no caso de eleição majoritária, e de pelo menos 2/3 (dois terços) dos partidos <b>ou coligações</b> com candidatos aptos, no caso de eleição proporcional.	§ 5º Para os debates que se realizarem no primeiro turno das eleições, serão consideradas aprovadas as regras, inclusive as que definam o número de participantes, que obtiverem a concordância de pelo menos 2/3 (dois terços) dos candidatos aptos, no caso de eleição majoritária, e de pelo menos 2/3 (dois terços) dos partidos com candidatos aptos, no caso de eleição proporcional.” (NR)	§ 5º Para os debates que se realizarem no primeiro turno das eleições, serão consideradas aprovadas as regras, inclusive as que definirem o número de participantes, que obtiverem a concordância de pelo menos 2/3 (dois terços) dos candidatos aptos, no caso de eleição majoritária, e de pelo menos 2/3 (dois terços) dos partidos com candidatos aptos, no caso de eleição proporcional.” (NR)
<b>Art. 47.</b> As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, nos trinta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, na forma estabelecida neste artigo.	“Art. 47. ....	

## Quadro comparativo PL nº 783/2021 x SCD nº 783/2021 x Legislação Vigente

Legislação Vigente	PL nº 783/2021	SCD nº 783/2021
§ 2º Os horários reservados à propaganda de cada eleição, nos termos do § 1º, serão distribuídos entre todos os partidos e coligações que tenham candidato, observados os seguintes critérios:	§ 2º .....	
I - 90% (noventa por cento) distribuídos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerados, no caso de coligação para eleições majoritárias, o resultado da soma do número de representantes dos seis maiores partidos que a integrem e, nos casos de coligações para eleições proporcionais, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integrem;	I – 90% (noventa por cento) distribuídos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerado, no caso de coligação para as eleições majoritárias, o resultado da soma do número de representantes dos 6 (seis) maiores partidos que a integrem;	
.....	.....” (NR)	
<b>Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)</b>		
<b>Art. 105.</b> Fica facultado a 2 (dois) ou mais Partidos coligarem-se para o registro de candidatos comuns a deputado federal, deputado estadual e vereador.	<b>Art. 3º</b> Revogam-se os arts. 105 e 241 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).	<b>Art. 3º</b> Fica revogado o art. 105 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).
§ 1º A deliberação sobre coligação caberá à Convenção Regional de cada Partido, quando se tratar de eleição para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, e à Convenção Municipal, quando se tratar de eleição para a Câmara de Vereadores, e será aprovada mediante a votação favorável da maioria, presentes 2/3 (dois terços) dos convencionais, estabelecendo-se, na mesma oportunidade, o número de candidatos que caberá a cada Partido.		

## Quadro comparativo PL nº 783/2021 x SCD nº 783/2021 x Legislação Vigente

Legislação Vigente	PL nº 783/2021	SCD nº 783/2021
§ 2º Cada Partido indicará em Convenção os seus candidatos e o registro será promovido em conjunto pela Coligação.		
<b>Art. 241.</b> Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos partidos e por eles paga, imputando-lhes solidariedade nos excessos praticados pelos seus candidatos e adeptos.		
Parágrafo único. A solidariedade prevista neste artigo é restrita aos candidatos e aos respectivos partidos, não alcançando outros partidos, mesmo quando integrantes de uma mesma coligação.		
	<b>Art. 4º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	<b>Art. 4º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.